

# Governo cai em campo para acabar com onda de boatos

Dida Sampaio 21/10/91

O diretor da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, disse ontem que já enviou telex às 83 delegacias descentralizadas e superintendências da Polícia Federal em todo o País, para que acompanhem de perto e procurem identificar não só a origem, mas também os veiculadores que andam espalhando notícias falsas que estão agitando o mercado financeiro. A pena prevista, de acordo com a Lei 7.492 (do "Colarinho branco"), para aquele que estimula, através de boatos, o descontrole no setor financeiro, é de 2 a 6 anos de prisão.

De acordo com Romeu Tuma, a Polícia Federal ainda não tem idéia sobre quem são os especuladores e, por enquanto, está aguardando que as delegacias regionais procurem identificar os "boateiros". Em um tom indignado, Tuma fez questão de lembrar aos "especuladores", que a lei existe, e que será aplicada.

"Essa é uma maneira de esclarecer e confortar a sociedade que o boato pode trazer conseqüências graves, principalmente para as pessoas que não conhecem bem os mecanismos financeiros e são vítimas de estelionatários, perdendo, às vezes, as poucas economias que têm", frisou Tuma.

O delegado anunciou ainda que pediu aos superintendentes da Polícia Federal do Rio e São Paulo uma investigação minuciosa nas bolsas de valores desses dois estados para saber os nomes dos grandes operadores de ouro e dólar. O delegado quer saber se houve compra exagerada, estimulando o mercado. Nesse caso, disse Tuma, a punição será tanto para a fonte como para quem repassa as informações.

Sobre o que vai acontecer com os boateiros, o delegado Romeu Tuma deixou bem claro que quer vê-los atrás das grades pelo menos para dar um pouco de tranquilidade à sociedade brasileira, que vem sofrendo muito com esse "tipo de pressão psicológica".

Tuma aproveitou a oportunidade também para anunciar que a Seval Ltda, empresa de propriedade de Normando Leite Cavalcante, assessor do deputado João Alves, até o início da semana relator da Comissão Mista de Orçamento, terá uma de suas salas lacradas, com os principais documentos que comprovam ou não o envolvimento do deputado João Alves em intermediação de verbas públicas com prefeitos de municípios do interior da Bahia, que são base eleitoral do deputado.



Romeu Tuma está atento aos boateiros e tem ordem para prender